



SEÇÃO: ARTIGOS

A didática no ensino superior: um olhar a partir de periódicos educacionais entre 1931 e 1944

Didactics in higher education: a look from educational journals between 1931 and 1944

Karina Cássia Oliveira Reis¹

orcid.org/0000-0003-2658-7850
kco.reis@unesp.br

Rosane Michelli de Castro¹

orcid.org/0000-0002-7383-4810
r.castro@unesp.br

Jonas Rangel de Almeida¹

orcid.org/0000-0001-8698-6082
jonas.rangel@unesp.br

Recebido em: 18/07/2022.

Aprovado em: 23/10/2022.

Publicado em: 23/11/2022.

Resumo: O artigo apresenta elementos para análise e possíveis pesquisas sobre o campo da Didática no Ensino Superior a partir de periódicos educacionais que circularam no Brasil entre 1931 e 1944. Para tanto, selecionamos 28 artigos de colaboradores de revistas que tratam sobre alguns aspectos da Didática. As análises foram realizadas à luz das contribuições de Garcia (2000), principalmente, no que se refere ao momento de *constituição e institucionalização* do campo da Didática. A Didática, no Brasil, era embasada nas teorias advindas dos *testes* psicológicos, principalmente, no que diz respeito aos momentos de Garcia (2000) entre 1930 e 1950, um momento em que o magistério brasileiro passava por discussões e mudanças efervescentes, acerca de quais métodos de ensino eram melhores de serem aplicados e, de modo geral, com a infância, principalmente, com os primeiros anos de vida – Psicologia Infantil.

Palavras-chave: educação; didática; periódicos educacionais.

Abstract: The article presents elements for analysis and possible research on the field of Didactics in Higher Education from educational journals that circulated in Brazil between 1931 and 1944. To do this, it was necessary to select 28 articles from collaborators of magazines that deal with some aspects of Didactics. The analyzes were performed in the light of the contributions of Garcia (2000), mainly, regarding the moment of constitution and institutionalization of the field of Didactics. Didactics, in Brazil, was based on the theories arising from psychological tests, mainly, with regard to moments of Garcia (2000) between 1930 and 1950, a time when Brazilian teaching was undergoing effervescent discussions and changes about which teaching methods were better to be applied and, in general, with childhood, mainly with the first years of life – Child Psychology.

Keywords: education; didactics; educational journals.

Introdução

O objetivo deste trabalho é discutir a constituição do campo da Didática no Brasil a partir da análise de periódicos educacionais que circularam nas primeiras décadas do século XX. Para tanto, foram selecionados e analisados 28 artigos publicados em periódicos educacionais que contribuíram para a difusão do pensamento pedagógico no período de 1931 até 1944. Os periódicos em questão foram as revistas *Educação* (1931-1932), *Revista de Educação* (1933-1944) que foram estudados sistematicamente na dissertação intitulada "As revistas *Educação* (1931-1932), *Revista de Educação* (1933-1944) e revista *Educação* (1945-1961) como fóruns de discussões sobre Didática" (REIS, 2017). Ainda, neste trabalho, buscaremos compreender por meio desses periódicos como se constituiu o



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidade Estadual de "Júlio Mesquita Filho" (UNESP), Marília, SP, Brasil.

campo da Didática no Ensino Superior, bem como o que os colaboradores desses periódicos compreendiam por Didática (SILVA, 2019). Para isso, adotamos os referenciais teórico-metodológicos e as práticas historiográficas do campo da História da Educação, particularmente as reflexões sobre história das disciplinas escolares e acadêmicas. Posto isso, esta pesquisa é de cunho histórico quanto à abordagem e documental e bibliográfica quanto às fontes.

Concomitante às análises das revistas, fez-se necessário, também, analisar alguns eventos que ocorreram no período delimitado, década de 1930, em que apareceram as primeiras Faculdades de Filosofia no Brasil, com intuito de ser "[...] um verdadeiro espírito universitário [...]" (GARCIA, 2000, p. 43), além, de serem o "[...] celeiro de uma elite intelectual que seria a responsável para a superação do atraso, da ignorância, e por levar adiante a modernização da sociedade brasileira conforme o projeto liberal [...]" (GARCIA, 2000, p. 43).

Diante disso, nesse cenário, os renovadores e católicos, disputaram a hegemonia do campo educacional, isto é, essas duas entidades participaram, lado a lado, na Associação Brasileira de Educação (ABE), porém, como esperado, os conflitos em relação aos ideais escolanovistas e católicos surgiram, principalmente, na IV Conferência Nacional de Educação, no que suscitou em uma ruptura entre eles. Sendo assim, o documento que marca essa ruptura é o *Manifesto dos Pioneiros da Educação*, publicado em 1932, elaborado pelos renovadores da educação (NERY, 2009). Como seus representantes, podemos mencionar, na ala dos progressistas e liberais, estavam Manuel Bergstrom Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, dentre outros; já na dos católicos e conservadores estavam: Francisco Campos, Gustavo Capanema e Alceu Amoroso Lima.

Vale ressaltar que, nessa mesma época, Francisco Campos – jurista e político católico, redator da *Constituição de 1937* – elabora o seu famoso "projeto liberal", por meio do "[...] Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto-lei nº 19.851

de 11 de abril de 1931), que adotou o regime universitário como a organização preferencial para o Ensino Superior" (GARCIA, 2000, p. 45). Além disso, apresentou um projeto de "[...] a institucionalização da Universidade do Brasil em 1937, e, com ela, a criação da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) pelo Decreto-lei nº1.190 de 4 de abril de 1939 [...]" (GARCIA, 2000, p. 46).

A organização da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) era disposta em quatro seções fundamentais: "[...] Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia, sendo que cada seção correspondia a um ou a mais cursos; e uma seção especial de Didática à qual correspondia o curso de Didática, com a duração de um ano [...]" (GARCIA, 2000, p. 47). É precisamente nessa contextura histórica que se deve compreender a constituição do campo didático no Brasil. Bem como, no curso de Didática havia tais disciplinas: "[...] Didática Geral, Didática Especial, Psicologia Educacional, Administração Escolar, Fundamentos Biológicos da Educação e Fundamentos Sociológicos da Educação [...]" (GARCIA, 2000, p. 47). Com tais informações, é possível compreender os motivos pelos quais os artigos analisados das revistas *Educação* (1931-1932) e *Revista de Educação* (1933-1944) abarcavam conteúdos que se referem a essas disciplinas ministradas no curso de Didática. Com efeito, analisaremos alguns artigos *emblemáticos* de Ginzburg (1989), os quais serão analisados neste artigo, mais especificamente, na segunda subseção.

É nesse contexto, entre 1931 e 1944, que se situa "[...] o longo e erudito parecer de Gustavo Capanema emitido no dia 14 de julho de 1949 na Comissão Mista de Leis Complementares do Congresso Nacional" (SAVIANI, 2008, p. 284), no qual, Capanema procura mitigar o caráter descentralizador do Projeto de Diretrizes e Bases (LDB), 1946, pensado pelo Ministro da Educação e Saúde, Clemente Mariani (SAVIANI, 2008, p. 284). Nesse decênio, Gustavo Capanema, atuava diretamente no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e, por conseguinte, na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* – (RBEP, 1944).

Com a força do parecer elaborado por Capanema, o Projeto de Diretrizes e Bases (LDB) (1946) foi arquivado, voltando assim, ao “[...] plenário da Câmara apenas seis anos mais tarde, em 26 de maio de 1957, quando se iniciou a primeira discussão sobre o Projeto das Diretrizes e Bases, identificado pelo número 2.222, de 1957” (SAVIANI, 2008, p. 284).

Reconstituindo esses eventos que marcaram a conjuntura político educacional na primeira metade do século XX, analisado por Saviani (2008), é possível aglutinar as peças do quebra cabeça que compreende o momento de *constituição e institucionalização* do campo da Didática no Brasil (GARCIA, 2000).

Com efeito, torna-se nítido nossa vontade em analisar as mudanças e embates no âmbito do Ensino Superior brasileiro com o objetivo de compreender como a Didática foi pensada pelo professorado paulista a partir de periódicos educacionais, no caso, *Educação* (1931-1932) e *Revista de Educação* (1933- 1944): isto é, como a Didática, tanto como disciplina, quanto como um campo de saberes práticos sobre o “como fazer”, estava circunscrita por dois vieses, um “técnico” e o outro “humanista”. Os colaboradores de artigos dessas revistas manifestavam em seus discursos formas de ensinar, isto é, o “como fazer” sendo de ordem “técnica”, porém pautados em fundamentos referentes aos conteúdos de ordem “humanística”.

Por fim, faz-se relevante relacionar a atuação dos colaboradores das revistas *Educação* (1931-1932) e *Revista de Educação* (1933-1944), pois, as produções escritas selecionadas aqui para análise expressavam a mentalidade da elite intelectual paulista, graças, em grande medida, à circulação da imprensa periódica paulista.

A didática em periódicos educacionais entre 1931 e 1944

Os estudos sobre a imprensa periódica têm servido de fontes documentais para diversas pesquisas, pois, permitem adentrar a mentalidade iluminista dos pioneiros da educação. Aquilo que se convencionou chamar pelo nome genérico de

revista Educação surgiu por volta do ano de 1927, durante as reuniões da *Sociedade de Educação em São Paulo* (NERY, 2009). Segundo Monarca (2004), esses periódicos passaram por diversas modificações, que vão desde a sua nomenclatura de equipe editorial e de supervisão autárquica – Diretoria Geral de Instrução Pública/ Sociedade de Educação de São Paulo – ao Departamento de Educação (MONARCA, 2004).

Diante disso, faremos breves considerações sobre os artigos de cunho “técnico” e “humanista”, referentes às revistas aqui selecionadas. Para tanto, selecionamos dois artigos, cujos títulos iniciam-se com a palavra “como”, vinculada a um “como fazer” docente, isto é, uma forma de ensinar esse saber. São eles: “Como ensinar algarismos romanos”, de Oliveira (1932); e “Como selecionar os problemas de aritmética para a escola primária”, de Alves (1944). Além disso, evidencia-se, nesses artigos, o comprometimento desses colaboradores em apregoar um fazer pedagógico que inculcam uma mudança nas práticas docentes.

Oliveira (1932), em seu artigo, atenta-se à forma metodológica de empregar os algarismos romanos, o que suscita, também, uma preocupação em relação à aprendizagem dos alunos e um repensar pedagógico. Além disso, busca demonstrar compreensão em relação ao conteúdo que ensina, além de configurar em seu discurso que seu artigo serviria de modelo de aula a outros professores, ou seja, um “como fazer” em sala de aula que pudesse servir como parâmetro para os professores que ministravam esse mesmo conteúdo. Também, destacou que os conteúdos acumulados em relação ao conteúdo de algarismos romanos eram de suma importância para esse “como fazer” (OLIVEIRA, 1932, p. 35).

Porém, no artigo intitulado “Como selecionar os problemas de aritmética para a escola primária”, Alves (1944) se mostra comprometida em desvelar e selecionar, como o próprio título do seu artigo indica, problemas de aritmética eficazes para os alunos das escolas primárias, mostrando, assim, uma preocupação em relação ao “como fazer” e aos saberes empíricos dos alunos. Tais

constatações de Alves (1944, p. 143) mostram que os problemas aritméticos deveriam se relacionar com o "[...] círculo das situações familiares à criança". Nesse sentido, foi possível selecionar três palavras-chave que constam em seu artigo, a saber: "vida real", "vida prática" e "grau de interesse". A partir dessas palavras e compreensão da autora sobre o ensino de aritmética à escola primária, é possível constatar que a Didática estava interligada aos fatores humanísticos e, também, de cuidado em relação ao emprego do conhecimento na prática, na vida cotidiana.

Para tanto, Juliá (2001, p. 22) compreende que a escola é um lugar de saberes e de inculcação de comportamento "[...] e de *habitus* que exige uma ciência de governo transcendendo e dirigindo, segundo sua própria finalidade, tanto a formação cristã como as aprendizagens disciplinares" (grifo do autor). Percebe-se que o cotidiano e a prática são a tônica do artigo de Alves (1944). Isto é, quais saberes funcionam e não funcionam diante de tais públicos? Ou seja, que os conteúdos escolares tinham que estar presentes e serem contextualizados com as práticas dos alunos, com as suas vivências.

Outro aspecto que deve ser mencionado e que se mostrou recorrente nas revistas como um todo, foi a questão do Ensino. Muitos dos colaboradores se debruçaram a pensar o Ensino brasileiro e, por conseguinte, o "como fazer", que também é atribuído ao saber didático. O termo Ensino aparece nos seguintes artigos: de Rios (1937) "O ensino no primeiro ano escolar"; "O ensino de aritmética²", de Penteado (1937); "Ensino de aritmética", de Mattos (1937); e, por fim, "Trabalhos manuais como necessidade no ensino", de Bernardi (1937). Diante disso, foi possível constatar que este último consta um conjunto de saberes comprometido com o que Viñao (2008) chama de formação "utilitária" e "pedagógica" dos docentes, tendo em vista que há um comprometimento com os trabalhos manuais de ordem prática e técnica. O termo Ensino, nessas revistas, era associado ao Trabalho, isto é, ensino para o trabalho e ensino

para se trabalhar.

No artigo intitulado "O ensino no primeiro ano do primário" (RIOS, 1937), é possível perceber que o termo Ensino estava atrelado à organização escolar, a exemplo disso, destacam-se os seguintes termos de seu artigo: "matrículas tardias" e "frequência". Esses termos demarcam a preocupação do professorado paulista, como um topo, com os níveis altíssimos de analfabetismo no Brasil.

Penteado (1937), em seu artigo "O ensino de arithmetica", menciona um novo termo até então não muito utilizado pelos colaboradores das revistas, a saber: "motivação". A origem da palavra "motivação" vem do latim *movere*, que significa: deslocar e fazer mudar de lugar. Além disso, essa palavra também era muito utilizada no campo da Psicologia e, por conseguinte, da Didática, principalmente no que se refere aos estudiosos da História da Educação Brasileira, pois, nessa época, década de 1930, os *testes* psicológicos, como os *Testes A. B. C.* (1932), de Lourenço Filho, estavam em alta.

Isto é, os discursos estabelecidos entre os colaboradores dessas revistas estavam alinhados tanto com as preocupações do campo educacional brasileiro, quanto com a constituição da Didática no Ensino Superior, uma vez que, no curso de Didática das FAFi, também a Psicologia que compunha uma de suas bases elementares.

A propósito, Penteado (1937) menciona o quão o "desenvolvimento mental" dos alunos era de sua importância e que o "[...] estudo perderá a aridez de que se reveste quando mal orientado e concorrerá grandemente para o desenvolvimento mental dos alumnos" (PENTEADO, 1937, p. 71). Quando se refere ao "[...] estudo perderá a aridez [...]", está pensando, aqui, sobre o ensino tradicional (PENTEADO, 1937, p. 69). E que os exercícios de "aritmética" teriam que se relacionar com "[...] espírito do educando [...]" (PENTEADO, 1937, p. 69). Um grande problema da época, pensado por muitos teóricos da Educação, o "espírito do educando" também era um problema de or-

² Manteremos a ortografia da época.

dem filosófica. Cunha (1996), no artigo intitulado "Dewey e Piaget no Brasil nos anos 30", assinala que "espírito do educando" compreende um:

[...] "o espírito que evolui e assimila"; é ele quem "determina tanto a qualidade como a quantidade das matérias que o educando deve apresentar-lhes". Essa corrente de trabalho coloca "a vida e a experiência da criança" em oposição ao "jugo do programa"; delimita, de um lado, o desenvolvimento, e, de outro, "o acúmulo de conhecimento" (CUNHA, 1996, p. 7).

Já no artigo intitulado "Ensino de aritmética", Mattos (1937, p. 119) menciona que os docentes teriam que tornar o ensino de aritmética em um ensino "racional e prático". Porém, o que mais se evidencia no discurso de Mattos (1937) é que, para o professorado conseguir chegar ao ensino "racional e prático", teria que se imbuir do que considerava ser a "Moderna Didática".

Diante disso, Garcia (2000) menciona que as demandas por uma "Didática Moderna" na constituição e institucionalização do campo de formação de professores que tanto se evidenciou nos periódicos educacionais da época foi, também, circunscrito como exigência para a constituição do próprio campo educacional. A propósito, em 18 de setembro de 1946, uma nova Constituição foi promulgada, a qual restabelecia

[...] elementos que integralram] o programa de reconstrução educacional dos pioneiros da educação nova, sendo que alguns deles já haviam figurado na Constituição de 1934. [como]: a exigência de concursos de títulos e provas para o exercício do magistério (artigo 168, Inciso VI); a descentralização do ensino (artigo 170 e 171); o caráter supletivo do sistema federal (artigo 170, parágrafo único); a cooperação da União com os sistemas dos estados de Distrito Federal (artigo 171, parágrafo único) [...] (SAVIANI, 2008, p. 281).

Ao encontro dessas exigências de formação humanística para constituição do campo educacional e didático, às quais a *institucionalização* da Didática no Ensino Superior buscou responder, é possível, ainda, analisar os seguintes artigos: "Noções educativas de modelagem" (1934), de Benedito Cândido de Moraes; "Logicidade" (1934), de Francisco Antunes; "Noções educativas de modelagem" (1935), de Benedito Cândido de Moraes; "Do desenho infantil" (1935), de Abner

de Moura; "O desenho e suas evoluções" (1935), de Antonio de Padua Dutra; "Noções educativas de modelagem" (1935), de Benedito Cândido de Moraes (Parte 2); "O ensino da taboada no 2º ano" (1936), de Luiz Gonzaga Fleury; "Aritmética", de João Alfredo de Souza Oliveira; "O desenho na escola primária" (1939), de Luiz Gonzaga Fleury; "O desenho como fator educativo nas escolas primárias" (1943), de Urbana Abs; e, "A aritmética na escola" (1944), de Maria Aurora Lourenço.

No artigo "Noções educativas de modelagem", de Moraes (1934), é possível notar como a teoria de base humanística e prática-técnica estão presentes em seu discurso. Além disso, menciona o quanto a definição, a importância e o objetivo da modelagem deveriam ser explicitados aos alunos previamente. Na sequência, enuncia os exercícios em si, isto é, as fórmulas. Mostrando assim, a importância e comprometimento com a sequência didática, o "como fazer". Foi possível analisar também a relevância dos recursos e formas lúdicas e didáticas em seu artigo.

Os colaboradores dessas revistas, como um todo, ao evidenciarem em seus artigos formas, sequências e métodos de ensino, tentaram demarcar qual seria a Didática que mais se adequava aos pressupostos escolanovistas, mesmo sabendo, que outros iam à contraconduta desses ideais, defendendo assim, um ensino mais tradicional. Diante disso, essas revistas eram palco no qual circulavam modelos didáticos e, também, um dos lugares onde se constituiu o campo didático ainda tão conflitante até dias atuais.

No artigo "Logicidade", de Antunes (1934), fora citado o elemento da formação do "espírito", porém, ao contrário de Penteadó (1937), que associa tal formação ao "educando", Antunes (1934) correlata à formação do "espírito infantil".

As discussões sobre "espírito infantil" identificadas nos artigos das revistas analisadas, estão interligadas à moral da Psicologia de base Piagetiana e à heteronímia. Nesse sentido, o espírito do educando, da criança ou infantil é um espírito positivo (Comteano), que pode ser educado pela e por meio da ciência.

Diante disso, Alves (2010, p. 169) menciona que

a Escola Nova procurou desenvolver o

[...] espírito crítico, através da aplicação do método científico, baseando o ensino em factos e experiências, na actividade pessoal da criança e nos seus interesses espontâneos; é desejável uma conjugação entre actividades de trabalho individual e momentos de trabalho colectivo.

Assim, em relação à formação do "espírito infantil", Alves (2010, p. 175) destaca que, nessa ordem, apresentam-se "[...] os programas tradicionais, do ponto de vista da lógica formal dos adultos, para os pôr de acordo com a 'lógica psicológica', isto é, com a lógica que se baseia na natureza e no funcionamento do espírito infantil." Isto é, o espírito infantil estava interligado com o saber de ordem psicológica e, mais do que isso, era o processo de *cientificização* desse saber positivo. Os embates discursivos nessas revistas entre o ensino tradicional e o ensino ativo estavam em voga, mostrando, assim, o quanto as próprias revistas circunscrevem um lugar conflitante.

Henri Pièron, autor do artigo "O desenvolvimento mental e a intelligencia" que consta na *Educação*, de 1931, defendeu as bases dessa formação do "espírito infantil", tão presente nas discussões do campo educacional brasileiro da época e entre os diálogos estabelecidos nos artigos das revistas analisadas, entre 1931 e 1944. Vale ressaltar que Pièron (1881-1964) nasceu na França e foi um dos pioneiros da psicologia científica e defensor da psicologia aplicada.

Em seu artigo, Pièron (1931) fez formulações sobre desenvolvimento mental, no qual acreditava ser essencial para "[...] examinar sob um certo ângulo, o desenvolvimento geral de um organismo que vemos ser ao mesmo tempo um elemento de coletividade, de um grupo social" (PIÈRON, 1931, p. 49).

Pièron (1931, p. 49) menciona, primeiramente, em seu artigo sobre as funções orgânicas da criança, por exemplo, "[...] mamar, sugar [...]", dentre outras atividades orgânicas. Logo após, Pièron (1931, p. 53) analisa fatores de crescimento que podem ser interrompidos por meio de uma má alimentação e, até, pela estrutura clínica de diversos organismos. Um estudioso das teorias

de Jean Piaget, principalmente, quando analisa os elementos relacionados ao "egocentrismo", "syncretismo", "animismo" e "artificialismo". O desenvolvimento para Pièron (1931) estava, diretamente, interligado ao nível de desenvolvimento da criança e, quando há uma "anomalia" (termo utilizado pelo autor) no desenvolvimento biológico e intelectual da criança, Pièron (1931, p. 62) compreende que as

[...] anomalias mais notáveis accentuam as variações individuais, à conta de atrasos ou de interrupções do desenvolvimento, patenteia-se o desaccordo da idade real com a idade mental aparente, ao vermos idiotas que não ultrapassam o estadio de 3 anno, imbecis que estão abaixo do de 7 annos.

Pièron (1931, p. 85) evidencia, também, que os professores que se esforçaram, no caso, "diligenciando", para traçar o perfil de "[...] crianças no curso de desenvolvimento, ou de adultos ter-se-á cuidado em reservar uma rubrica para intelligencia".

É possível observar o alinhamento dos diálogos estabelecidos entre colaboradores das revistas analisadas e as discussões da época, para a compreensão do que era necessário para a formação do espírito infantil, do espírito do educando, centrados em preocupações com o desenvolvimento da criança e as provas que denunciavam o seu grau de compreensão, como, os *testes* psicológicos, tão engendrados no imaginário brasileiro, principalmente, na década de 1930. Diante disso, voltando ao artigo intitulado "Logicidade", é possível constatar que, em relação ao espírito infantil, o que mais agradava às crianças era a logicidade, isto é, os *testes* que serviam para medir o desenvolvimento psicológico da criança.

Em 1935, constam publicados na *Revista de Educação*, dois artigos homônimos de Benedito Cândido de Moraes intitulados "Noções educativas de modelagem". O primeiro artigo foi publicado na *Revista de Educação* dos meses de março e junho de 1935 e o segundo artigo foi publicado na *Revista de Educação* de setembro e dezembro, de 1935, ambos publicados em meses diferentes, porém, com o mesmo título,

evidenciando assim, que o segundo foi elaborado em continuidade do primeiro.

No primeiro artigo, de março/junho, Moraes (1935, p. 118) disserta sobre a modelagem a nível teórico, pois aborda aspectos da teoria aplicada à análise de casas e castelos. Já no artigo publicado em setembro/dezembro Moraes (1935) se mostra comprometido com as relações entre teoria (humanística) e a prática (técnica). Porém, de forma descritiva e analítica, evidencia as formas do círculo na história e de maneira cronológica apresenta: o círculo no estilo *egypcio*, o círculo no estilo grego, o círculo do estilo árabe, dentre outros, mostrando assim, uma preocupação na sequência, extremamente descritiva, sobre círculos. Nessa parte, podemos perceber que a teoria (humanística), o saber acumulado historicamente, se faz presente. Logo após, ainda no segundo artigo, apresenta alguns exercícios práticos em relação a esses conteúdos, demonstrando assim, uma técnica em relação à forma geométrica do círculo, "[...] com uma cartolina cerca a chapa de gesso branco apertando-a com barro posto por fora" (MORAES, 1935, p. 88).

O que fica evidente na forma como Moraes (1935) organiza os seus artigos é a preocupação em demonstrar uma ciência aplicada, isto é, de alguma forma, um saber historicamente acumulado e enciclopédico – humanístico, para que, depois, chegasse aos exercícios práticos em relação ao conteúdo. Denota-se, aqui, também, uma sequência didática e, por conseguinte, recursos didáticos.

Apesar de colaboradores das revistas terem pautado suas discussões sobre as bases da Psicologia, observa-se, tanto, pelas temáticas, quanto, pelas abordagens de artigos dessas revistas a presença das preocupações de cunho pedagógico, porém utilitarista. Como exemplo, é possível citar os artigos sobre: desenho na escola, a saber: "O desenho infantil" (1935), de Abner de Moura; "O desenho e suas evoluções" (1935), de Antonio de Padua Dutra; "O desenho na escola primária" (1939), de José Benedito Madureira; e "O desenho como fator educativo nas escolas primárias" (1943), de Urbana Abs.

Segundo Viñao (2008), o tema e matéria de desenho eram classificados como algo utilitário e pedagógico. Diante disso, os colaboradores de artigos dessas revistas, de forma geral, eram comprometidos também com uma formação docente utilitário e pedagógico, sem abrirem mão da cientificidade das discussões, ao encontro das preocupações com as exigências da época para constituição e institucionalização do campo da Didática sob bases científicas.

Moura (1935, p. 120) atrela o desenho infantil aos fatores psicológicos, ao desenvolvimento da criança e considera que o desenho infantil está incutido de uma linguagem que, naquele momento, havia passado a contribuir para a "Psicologia Moderna", o que demonstra também que a matéria de desenho buscou a sua cientificidade tendo por base, então, a Psicologia Moderna e Didática Moderna.

Já no artigo de Dutra (1935) é possível perceber que a questão da linguagem, como no artigo de Moura (1935), faz-se presente, pois o autor menciona que o desenho não deve ser visto somente como arte, mas como uma forma de linguagem, "[...] dentro do lugar que a elle pertence na escola primária" (DUTRA, 1935, p. 84), mostrando, assim, a luta e, por conseguinte, conflitos dos técnicos e/ou intelectuais que atuavam no campo em tornar a matéria de desenho uma disciplina científica por base da psicologia e didática moderna.

No artigo de Madureira (1939) é possível considerar, do mesmo modo, que a questão da linguagem e do desenvolvimento da criança e suas fases podem ser observadas, pois afirma que o desenho era meio de expressão como linguagem e como forma educativa. Além disso, faz menção às fases da criança em relação ao desenho: garatuja (MADUREIRA, 1939, p. 75) – denotando, assim, o esforço em *cientificar* a matéria de desenho, principalmente trazendo aspectos como a garatuja da psicologia.

Já Abs (1943) traz em seu discurso a mesma concepção de criança mencionada por Madureira (1939) acerca de que muitas crianças, na tenra idade, "rabiscam" as folhas, mas esse rabiscar dá margem ao "[...] desenvolvimento às faculdades

motoras, de imaginação e observação [...]” (ABS, 1943, p. 71).

Tanto as discussões em Madureira (1939), quanto em Abs (1943), sobre as questões do desenho, foram fundamentadas na teoria de Jean Piaget, nas fases do desenvolvimento infantil, o que evidencia, a partir dos artigos analisados e ao encontro das formulações de Garcia (2000), que a Didática enunciada na época foi se constituindo e, também, instituindo-se a partir da psicologia do desenvolvimento infantil e humano.

Na mesma direção, é possível analisar os artigos sobre aritmética que constam na *Revista de Educação*: “O ensino da Tabuada no 2º ano”, de Luiz Gonzaga Fleury (1936); “Arithmetica”, de João Alfredo de Souza Oliveira (1936); e “Aritmética na escola”, de Maria Aurora Lourenço (1944).

Fleury (1936) inicia o seu artigo com uma crítica em relação aos colaboradores dessas revistas e, por conseguinte, o que elucidaram em seus discursos, pois afirma que eram poucos os “modernos didactas” que reconhecem “[...] expressamente e recomendam o emprego de exercícios formaes na escola” (FLEURY, 1936, p.40). Mesmo tecendo críticas quanto à possível falta de fundamentos no ensino de aritmética, as defesas do autor são quanto às questões “[...] de ordem prática, de aplicação imediata” (FLEURY, 1936, p.39), defendendo, ainda, as aulas expositivas e explicativas. Isto é, torna-se paradoxal o seu discurso, pois, ao mesmo tempo em que exalta a ordem prática e aplicada, mostra-se saudoso nas aulas expositivas e explicativas.

Lourenço (1944), em seu artigo, defende uma ideia de Didática com pressupostos sobre as fases do desenvolvimento infantil, de Jean Piaget. De acordo com Lourenço (1944, p. 186), “[...] a Didática dessa matéria aconselha o trabalho ativo, a simplificação do ensino e a sua graduação de acordo com o desenvolvimento mental do aluno [...]”. Ou seja, a Didática estava atrelada ao trabalho ativo, ao ensino ativo escolanovista e, por conseguinte, aos *testes psicológicos*, ao contrário do que Fleury, em 1936, empregava em seu discurso, pendendo mais ao ensino tradicional. É certo que essas revistas serviram de

palco para grandes embates – ensino tradicional *versus* ensino ativo – porém, evidencia-se que, pelo menos até 1944, os colaboradores eram mais propensos à Didática ativa, isto é, escolanovista. Então, essas revistas difundiam ideais, em sua grande maioria, escolanovistas, com bases na Psicologia Moderna.

Outro elemento que deve ser mencionado são as ideias de Lourenço (1944, p. 194) para quem “[o] melhor professor é aquele que melhor conhece os seus alunos, que o estuda tão bem quanto a lição [...]”. Trata-se, de antemão, de um aspecto que remete às questões relacionadas às “lições”, conforme abordadas no artigo intitulado “Manuais didáticos para uso de professores: mudanças e permanências nas prescrições para a prática pedagógica”, de Valdemarin (2008). Destaca que as aulas, na época da publicação dessas revistas, eram “[...] divididas em lições e a aprendizagem pela reconstrução da experiência – elemento central da educação progressiva” (VALDEMARIN, 2008, p. 8). Então, os discursos dos colaboradores dessas revistas estavam alinhados, sobretudo, com as tendências teóricas que remetiam ao que era considerado mais moderno em Educação.

A propósito, faz-se necessário ressaltar os artigos: “Contribuições aos estudos dos *Testes A, B, C*”, de J.V. B. Damasco Penna (1932); “Escola Nova – O seu objetivo”, de Adalivia Toledo (1933); “A escola ativa”, de Raimundo Pastor (1933); “Aulas ativas”, de Reynaldo Kuntz Busch (1934); “Fatores de retardamento da vitória completa da Escola Nova”, de Melquiades Pereira Junior (1934); “As classes selectivas do 1º grau e os *Testes A, B, C*”, de Bruno Vollet (1935); “Organização das classes selecionadas a aplicação dos *Testes A.B.C.*”, de Anna Nogueira Ferraz e Olga Bolliger (1936); e, por último, “Testes de rendimento escolar”; de Eulália Alves Siqueira (1938). Ressalto que a seleção desses artigos aconteceu em virtude da grande quantidade de aspectos comuns sobre a Didática e, conseqüentemente, sobre os *testes psicológicos*. A partir de seus títulos é possível constatar que as escolas primárias e secundárias, no Brasil, preocupavam-se com o desenvolvimento psicológico dos educandos e, na mesma

época, a Psicologia era disciplina componente do curso de Didática das FAFi.

Pena (1932) procura alinhar seu discurso ao de Fleury (1936), pois ambos os colaboradores mencionam aspectos referentes à teoria e à aplicação. No artigo de Toledo (1933), é possível perceber alguns elementos que remetem às ideias escolanovistas, como: observação, globalização e alunos ativos; além da defesa aos fundamentos filosóficos e pedagógicos de John Dewey, um dos maiores representantes da corrente pragmatista. Nesse sentido, Toledo (1933, p. 72) menciona que essa escola tinha que ter por objetivo: educar e adaptar o aluno à vida, porém, dando ênfase no desenvolvimento infantil da criança, mostrando, assim, as teses da corrente pragmatista em seu discurso – mudança de ambiente.

No artigo de Pastor (1933), é possível perceber que há elementos do método *Decroly*, porém, faz uma crítica aos profissionais do magistério da década de 1930, que não aderiram a esse método. Nas palavras de Pastor (1933, p. 27), teriam que “[...] primeiro, fazer conhecer ao professorado a técnica do método, para que este se torne, em suas mãos, um elemento vivo de ação e progresso.”³

Em Busch (1934), é possível perceber que os elementos relacionados à observação e investigação, e que são também percebidos no artigo de Pastor (1933), fazem defesas tanto aos aspectos da teoria, quanto da prática.

No artigo de Pereira (1934), observa-se que o autor faz uma crítica aos fatores que retardam os avanços da Escola Nova. Dentre estas, havia alguns profissionais do magistério que ainda não aceitavam a escola moderna/pedagogia moderna. O professorado paulista tinha uma certa resistência aos pressupostos escolanovistas.

Já Vollet (1935, p. 89) fez menção a outros fatores, não só à inteligência, como responsáveis pela aprendizagem, como a forma com que o

professor conduz sua aula. Isto é, a partir de fundamentos da Didática apropriada pelo professor. Vollet (1935, p.91) enuncia em seu artigo a ausência de uma Didática nas aulas do professorado paulista em 1935. Também, menciona que as escolas deveriam se comprometer com o nível de aprendizagem de seus alunos para que melhor se organize o âmbito educacional.

Ferraz e Bolliger (1938) destacam elementos de que os alunos do Grupo Escolar *Rebouças*, no qual eram “adjuntas” estavam “[...] submetidos aos testes todos os meninos dos primeiros anos, inclusive os repetentes” (FERRAZ; BOLLIGER, 1936, p. 52). Além dessa observação, de que os testes que aferem o desenvolvimento dos alunos eram aplicados nos Grupos Escolares do Estado de São Paulo, vale ressaltar que, Ferraz e Bolliger (1938) criticavam o critério de observação, julgando-os insuficientes, contrariando, assim, as defesas de outros colaboradores das revistas com relação à questão da “observação”.

Por fim, Siqueira (1938), ao dissertar sobre os testes e suas aplicações, afirma que os testes mencionados eram a melhor maneira de aferir a aprendizagem e nível de desenvolvimento dos alunos. Nas palavras de Siqueira (1938, p. 82) “[...] esta objetividade de julgamento dos testes de escolaridade [era o] que mais os valoriza como instrumento de medida [...]”.

Considerações finais

Frente aos objetivos das pesquisas realizadas, consideramos importante a análise desses artigos aqui apresentados sumariamente, porém de forma analítico-descritiva. Além disso, a partir desses artigos foi possível elaborar instrumentos de pesquisa (BELLOTTO, 1997) que subsidiaram as demais pesquisas que integram o Programa para uma melhor compreensão de como se *constituiu e institucionalizou* a Didática no Ensino Superior para esses e tantos outros colaboradores dessas

³ Sobre o “methodo Decroly”, este método foi destinado, primeiramente, aos primeiros cuidados às crianças “anormas”, isso, propriamente, em 1901. Decroly elaborou uma pedagogia nova que ia ao encontro dos ideais *escolanovistas*, com classes homogêneas, trabalhos coletivos, colaboração das crianças em sala de aula e aplicação de testes psicológicos. Interessa-se em dados psicológicos das crianças, a saber: “[...] a criança, a propósito de um objecto ou de um facto, faz certos interesses. À medida que um delles perdesse, a criança trata de responder e de informar; o objetivo em apreço torna-se então, o centro das suas preocupações, o alvo querido do seu esforço. A conclusão é que ao systema de divisão do programma em ramos de estudo separados, deve suceder o ensino global pelo methodos dos centros de interesse” (EDUCAÇÃO, 1931, p. 8).

revistas que estavam inseridos nos debates e projeto de criação da Universidade de São Paulo – USP, em 1934.

Os diálogos dos artigos enunciados neste trabalho teriam corroborado com o momento denominado por Garcia (2000) de *constituição e institucionalização* da Didática, pois retomaram, fomentaram e fizeram circular discussões presentes no campo educacional brasileiro, desde o final do século XIX, como *lições de cousas*, até aquele momento dos anos de 1930, considerado de inovação temática no campo da Didática, com temáticas, por exemplo, sobre pré-escola e disciplina escolar.

Além desses aspectos, os artigos enunciados e analisados para formulação deste trabalho contribuíram para entender o campo da Didática, no período denominado para análise, principalmente, quando as disputas em relação às melhores formas de ensinar e como fazer passaria pelo crivo técnico-pedagógico dos especialistas da educação. Esse período é conhecido pelo aparecimento do técnico em educação, com a consequente segregação das formulações pedagógicas em um domínio especializado. A propósito, ao encontro de Carvalho (2007), acreditamos que tal ênfase por parte dos renovadores da educação, fenômeno nomeado por Nagle (1973) de otimismo pedagógico, não teria acontecido, contrariamente ao período anterior, denominado por esse pesquisador de “entusiasmo pela educação” dos educadores republicanos nas primeiras duas décadas do século XX. Com os renovadores da educação, acreditamos que esse otimismo tenha sido ressignificado, à luz de defesas político-pedagógicas que fundamentam esses renovadores em suas ações e em postos por eles assumidos à frente da educação, sobretudo, em vários órgãos da administração pública, em vários e distintos momentos da história do Brasil.

Um dos indícios capaz de fundamentar tal afirmação é possível de ser lido no artigo intitulado “Em classe (Parte escolar)”, que não consta autoria, publicado na revista *Educação*, em 1932, no qual foi possível observar que a discussão,

em si, foi baseada nas “lições de cousas”, materialização do Método de Ensino Intuitivo que fundamentou a escola no final do século XIX. Segundo Valdemarin (2000, p. 77), em lições de coisas ou método de ensino intuitivo havia prescrições de conteúdos e de procedimentos didáticos que variam da coerência com a concepção epistemológica até sua contradição. Ainda, Valdemarin (2000, p. 77) afirma que essas lições de coisas eram destinadas à “[...] descrição da importância dos sentidos humanos, a forma de concretizar esses princípios, traduzindo-os em atividade Didática, apresentando diversidade de procedimentos”.

Enfim, com estudo dos periódicos educacionais estudados, objeto das nossas investigações, foi possível concluir que os mesmos colaboradores desses periódicos contribuíram, diretamente, com as discussões para a constituição do campo da Didática, mesmo porque, muitos deles eram, também, professores nos níveis de ensino denominados, naquele momento, de Primário, Secundário e Ensino Superior e, com isso, colaboraram para inserção e consolidação das Didáticas e sua constituição efetiva em sala de aula, centralmente embasadas nas teorias advindas dos *testes* psicológicos, principalmente, no que diz respeito ao momento de consolidação e institucionalização da Didática, entre 1930 e 1950, um momento em que o magistério brasileiro passava por discussões efervescentes acerca de quais métodos de ensino eram melhores, de modo geral, com a infância e, principalmente, com as crianças nos primeiros anos de vida.

Referências

ABS, Urbana. O desenho como fator educativo nas escolas primárias. **Revista de Educação**, São Paulo, v. 30, n.40/41, p.70-72, jun./dez. 1943.

ALVES, Luis Alberto Marques. República e Educação: Dos princípios da Escola Nova ao Manifesto dos Pioneiros da Educação. **Revista da Faculdade de Letras**, Porto-PT, v. 11, p. 165-180, 2010.

ALVES, Maria Cardoso. Como selecionar os problemas de aritmética para a escola primária. **Educação**, São Paulo, v. 31, p. 142-144, jan./jun.1944.

ANTUNES, Francisco. Longicidades. **Revista de Educação**, São Paulo, v. 6, n. 6, p.171-179, jun., 1934.

BARRETO, Hortencia Pereira. Educação pré-escolar. **Revista de Educação**, São Paulo, v. 13/14, n. 13/14, p. 43-52, mar./jun. 1936.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Os instrumentos de pesquisa no processo historiográfico. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 4., 1979. **Anais [...]**. [S. l.: s. n.], 1979. p. 133-147.

BERNARDI, Francisco. Trabalhos manuais como necessidade do ensino. **Revista de Educação**, São Paulo, v. 38, n. 55-58, p. 29-37, mar./dez. 1937.

BUSCH, Reinaldo Kuntz. Aulas Ativas. **Revista de Educação**. São Paulo, v. 6, n. 6, p. 180-185, jun., 1934.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reformas da instrução pública. *In*: LOPES, Eliana Maria Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (org). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. v. 1, p. 225-251.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino superior e universidade no Brasil. *In*: LOPES, Eliane marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes de Farias; VEIGA, Cynthia Greive (org). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 151-204. v. 1.

DUTRA, Antonio de Padua. O desenho infantil e sua evolução. **Revista de Educação**, São Paulo, v. 7/8, n. 11/12, p. 75-84, set./dez. 1935.

EM CLASSE (parte escolar). **Educação**. São Paulo, v. 4, n. 1 e 2, p. 74-111, ago./set.1932.

ESCOBAR, José Ribeiro. Demonstrações por syllogismos. **Educação**. São Paulo, v. 5, n. 10-11, p. 81-108, out./nov. 1932.

FLEURY, Luiz Gonzaga. O ensino da taboada no 2º ano. **Revista de Educação**, São Paulo, v. 13/14, n. 13/14, p. 39-42, mar./jun. 1936.

FLEURY, Luiz Gonzaga. Os métodos de projetos e os métodos tradicionais – Programa e horários. **Revista de Educação**, São Paulo, v. 27, n. 27/28, p. 25-64, set./dez. 1939.

FERRAZ, Anna Nogueira; BOLLIGER, Olga. Organização de classes selecionadas e aplicação dos Testes A.B.C. **Revista de Educação**, São Paulo, v. 15/16, n. 15/16, p. 52-55, set./dez. 1936.

GARCIA, Maria Manuela Alves. **A Didática no Ensino Superior**. São Paulo: Editora Papirus, 2000.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas e sinais morfologia e história**. Rio de Janeiro: Companhia as Letras 1989.

JULIÁ, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-44, jan./jun. 2001.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergstrom. **Testes ABC para verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e escrita**. Brasília-DF: INEP, 2008.

LOURENÇO, Maria Aurora. A aritmética na escola primária. **Educação**, São Paulo, v. 31, p. 142-144, jan./jun.1944.

MATTOS, Anésia Martins. O ensino de aritmética. **Educação**, São Paulo, v. 35, n. 50/59, p. 118-123, jan./dez. 1937.

MOURA, Abner. Do desenho infantil. **Revista de Educação**, v. 4/5, n. 9/10, p. 219-220, mar./jun. 1934.

MOURÃO, Maria Aparecida Alves. Disciplina escolar. **Educação**, São Paulo, v. 31, p. 145, jan./jun. 1944.

MONARCHA, Carlos. Revista de Educação e Ensino em São Paulo (1892-1944). *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 3., 2004, Paraná-PR. **Anais [...]** Campinas: Autores Associados, 2004.

MORAIS, Benedito Candido. Noções educativas de modelagem. **Revista Educação**, São Paulo, v. 5, n. 5, p. 146-170, mar. 1934.

MORAIS, Benedicto Candido. Noções educativas de modelagem. **Revista de Educação**, São Paulo, v. 7/8, n. 11/12, p. 76-102, set./dez. 1935.

MORAIS, Benedicto Candido. Noções educativas de modelagem. **Revista de Educação**, São Paulo, v. 9/10, n. 9/10, p. 118-131, mar./jun. 1935.

NERY, Ana Clara Bortoleto. **A Sociedade de Educação de São Paulo embates no campo educacional (1922-1931)**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

OLIVEIRA, Ataliba. Como ensinar algarismos romanos. **Educação**, São Paulo, v. 7, n. 4/5, p. 35-43, abr./maio 1932.

PAGNI, Pedro Ângelo. **Do manifesto de 1932 à construção de um saber pedagógico**: ensaiando um diálogo entre Fernando de Azevedo e Anísio Texeira. Ijuí: UNIJUÍ, 2000.

PASTOR, Raimundo. A Escola Ativa. **Revista de Educação**, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 26-35, set. 1933.

PENA, J. B. Damasco. Contribuições ao estudo dos testes A. B. C. **Educação**, São Paulo, v. 11, n. 12, p. 75-80, dez. 1932.

PENTEADO, Renato de Arruda. O ensino de arithmetica. **Revista de Educação**, São Paulo, v. 19/20, n. 19/20, p. 68-71, set./dez. 1937.

PEREIRA-JUNIOR, Melquiades. Fatores do retardamento da vitória completa da escola nova. **Revista de Educação**, São Paulo, v. 5, n. 5, p. 156-159, mar., 1934.

PIÉRON, Henri. O desenvolvimento mental e a inteligência. **Educação**, São Paulo, v. 5, n. 3/4/5, p. 48, out./dez. 1931.

RIOS, Fernando. O ensino no primeiro ano escolar. **Revista de Educação**, São Paulo, v. 17/18, n.17/18, p. 3-7, mar./jun. 1937.

SILVA, Júlio Fernando da. Didática no Ensino Superior: estratégias de ensino adequadas à arte de ensinar. **Educação Por Escrito**, v. 9, n. 2, p. 204-219, 11 jan. 2019.

SÃO PAULO (Estado). Orgão da Directoria do Ensino de São Paulo. **Educação**, São Paulo, SP, v. 5, n. 3/4/5, p. 86, 1931.

SÃO PAULO (Estado). **Educação**. São Paulo: Órgão da Directoria do Ensino de S. Paulo, 1931-1932.

SÃO PAULO (Estado). **Revista de Educação**. São Paulo: Departamento de Educação do Estado de S. Paulo, 1933-1944.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SIQUEIRA, Eulália Alves. Testes de rendimento escolar. **Revista de Educação**, São Paulo, v. 21/22, n. 21/22, p. 76-82, mar./jun.1938.

TOLEDO, Adalivia. Escola Nova – O seu objetivo. **Revista de Educação**, São Paulo, v. 4, n. 4, p. 72-83, dez. 1933.

VALDEMARIN, Vera Teresa. Lições de coisas: concepção científica e projeto modernizador para sociedade. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 20, n. 52, nov. 2000.

VIÑAO, Antônio. A história das disciplinas escolares. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 8, n. 3[18], 2008.

VOLLET, Bruno. As classes selectivas do 1º grau e os Testes A. B. C. **Revista de Educação**, São Paulo, v. 9/10, n. 9/10, p.85-92, mar./jun. 1935.

Karina Cássia Oliveira Reis

Doutora em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de "Júlio Mesquita Filho" (UNESP) em Marília, SP, Brasil. Professora de Língua Portuguesa na rede pública de ensino do Estado de São Paulo.

Rosane Michelli de Castro

Professora livre-docente na Universidade Estadual de "Júlio Mesquita Filho" (UNESP), em Marília, SP, Brasil. Professora Universitária da Universidade Estadual de "Júlio Mesquita Filho" (UNESP), em Marília, SP, Brasil, no Departamento de Didática.

Jonas Rangel de Almeida

Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de "Júlio Mesquita Filho" (UNESP), em Marília, SP, Brasil. Professor de Sociologia na rede pública de ensino do Estado de São Paulo.

Endereço para correspondência

Karina Cássia Oliveira Reis/ Rosane Michelli de Castro/
Jonas Rangel de Almeida

Universidade Estadual de "Júlio Mesquita Filho", UNESP

Av. Hygino Muzzi Filho, 737

Mirante, 17525-900

Marília, SP, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação do(s) autor(es) antes da publicação.